

AMÉRICA DO SUL: 2006 E O DESAFIO DA GLOBALIZAÇÃO(*)

JOSÉ LUIS DE IMAZ

UMA APROXIMAÇÃO DE CINQUENTA POR CENTO

Antes de Atribuir a outros erros prospectivos, temos de vestir a carapuça. Há 30 anos tentei apresentar uma reflexão desse tipo, sobre o nível de integração que os países latino-americanos poderiam alcançar ao final do século, e sobre como a Argentina havia atingido sua institucionalização democrática durante esses mesmos anos, ao menos utilizando quais instrumentos. Porém, para mim, também completa outro quarto de século o estudo sociológico que realizei sobre uma parte dos confins do mundo (Terra do Fogo, Argentina), no qual projetei curvas demográficas, teorias de crescimento urbano, análises da propriedade da terra e assentamentos rurais. Naquele estudo, tentei prever um decênio anterior ao ano 2000, no qual essa região austral não estaria tão sujeita à tutela nacional e em que haveria industriais japoneses e elites locais.

Ao reler, à luz dos acontecimentos, ambos os estudos, constato um nível de aproximação da realidade que, generosamente, poderíamos estimar em perto de 50%. Por exemplo, apesar da “entente” argentino-brasileira ter sucedido tal como prevista, jamais teria imaginado, em 1968, que o México estaria em uma área de “livre-comércio” com os Estados Unidos e o Canadá. No tocante à vigência da democracia na Argentina, para o final do século, imaginava-a com base em algo muito próximo ao pleno emprego e com uma curva de distribuição societária da renda mais homogênea. Aqueles me pareciam ser os requisitos básicos para a paz social e o consenso democrático; hoje temos, porém, democracia com alto nível de desemprego, crescimento econômico e maior concentração de renda. Como previsto, os japoneses imaginados em 1972 apareceram na Terra do Fogo, não para pescar, mas para fabricar televisores; o crescimento demográfico — por meio de migrações internas — foi exponencial, porém as elites dos “nascidos e criados” junto ao Beagle, por intermédio de um partido político fueguino, vieram substituir os pró-cônsules e os legionários de Buenos Aires.

Não quero mais dispersar a atenção do que nos motiva com outras referências pessoais. Porém, creio serem elas indispensáveis para identificar meu recorde. Há 30 anos de um documento e a 25 de outro, acertos prospectivos e desacertos empataram. Logo, um recorde de baixo perfil inibe-me para reiterar os mencionados juízos críticos sobre as previsões do Informe Meadows, o do “Clube de Roma” e o do “crescimento zero”, a réplica latino-americana da Fundação

Bariloche, as correções do Pestel/Mesarovic, as projeções do Instituto Hudson sobre economia mundial, as expectativas de Hermann Khan, as 40.000 horas que trabalharíamos ao longo de nossa vida segundo Fourastie, e o “futuríveis” de Bertrand de Jouvenel.

No presente, o período a ser analisado é mais breve, por conseguinte mais susceptível de erros (“Caso você me pergunte sobre amanhã — dizia Borges — não poderei dizer nada. Mas, pelo ano 3000, lhe falarei horas”). Proponho, em seu lugar, uma reflexão pessoal e volitiva, isto é, um cenário prospectivo, fruto do exclusivo desejo, acompanhado, como pano de fundo, de cenários alternativos. Concedam-me um crédito de 50%, para esses cenários políticos e sociais, excluídos os econômicos. As projeções econômicas proliferam na literatura específica e costumam ser formuladas com alto nível de certeza; curioso, visto o vai-e-vem de nossas economias em períodos de médio e longo prazo, quando somente as projeções de crescimento vegetativo da população — a partir da fecundidade das mulheres, conforme seu nível educativo obtém-se uma confirmação estatística verossímil.

2006 não é um ano orweliano, senão o subsequente à implantação da abertura comercial do mundo (segundo o Tratado de Marrakesh, o da liberação do mercado agrícola e da queda das barreiras alfandegárias para as fibras e os têxteis). Mas é também, hipoteticamente, o primeiro ano da implementação de um acordo de livre-comércio continental, sempre e quando, com antecipação, tenham-se franqueado etapas positivas.

Este documento abarcará exclusivamente o político-institucional e as relações internacionais entre os países do Cone Sul. Surgirá um “até onde”, volitivo e pessoal, medindo custos e benefícios. Como ato intelectual, estará exposto a seus perigos: entre outros, de aspirar à clareza, quando o político é sempre difuso, e a imaginar celeridade nos processos, quando os povos internalizam suas mudanças em um timing pausado.

MERCOSUL INCREMENTADO

A meta prospectiva proposta é a do Mercosul incrementado, vale dizer, uma realidade identiária, que, apesar de ainda não bem visualizada como comunidade de destino, se pressupõe como instância na qual sejam somados os poderes relativos e melhorada a capacidade de decisão das partes pelo maior crédito do conjunto.

Trata-se de visualizar, dentro de 9 anos, um cenário possível, no qual o Mercosul, como tal, como conjunto, atue conjuntamente com os Estados Unidos, com a Comunidade Européia, com o Sudeste Asiático, etc. e se proponha reduzir até limites possíveis os efeitos indesejados dos processos de globalização, em matéria de emprego, manutenção das pequenas e médias empresas locais, e no domínio cultural. Trata-se de imaginar um contexto internacional que permita — sem ruptura — a continuidade de um esquema aberto a influências múltiplas. A idéia básica deste trabalho consiste em confiar que o Mercosul — solidificando suas partes, por meio da condução internacional coordenada — tenha negociado e continue negociando com os Estados Unidos; assim os demais países da América

Latina teriam aceitado a via contrária de resolver incorporações “caso a caso”.

Propomos um cenário em que o Mercosul tenha incrementado instituições, interesses e estruturas, consolidando acordos, reduzindo ao mínimo a possibilidade de vozes desarticuladas. Este cenário é limitado e diferente do que poderiam sugerir aqueles que visualizam a globalização da economia e a maximização da eficácia de seus fatores, como objetivos em si mesmos. O nosso é instrumental. Parte da postura cética sobre “as marchas inelutáveis da história” — quaisquer que sejam elas; ontem as do marxismo e hoje as do neoliberalismo — com suas correspondentes reclamações de “aprofundamento”.

Isso exige clarificar e elevar ao plano consciente as “filosofias da história” em que nos sustentamos, uma espécie de depuração do conhecimento, para saber por que sustentamos o que sustentamos. Certamente, no plano pessoal, aspiraria a uma “economia solidária”, mas constato minha perplexidade para responder que motivações produtivas e quais instrumentos a consolidariam; e, certamente também que somente poderia imaginar o “desenvolvimento em função do homem e de todos os homens”, mas não saberia como tocar, coletivamente, o coração do homem. E não me atreveria a assegurar tampouco que o Mercosul seja o instrumento para solucionar os problemas sociais da região. Não. Porém estou plenamente convencido de que o ingresso preciso, irrestrito e indefeso em uma área continental de “livre comércio” nos próximos anos terá custos sociais muito mais elevados — para a maioria dos setores populares — que esse que entreveremos como “cenário”. Sabemos até onde vamos, somos conscientes de que modo podemos permanecer à margem da “modernidade” e de seus instrumentos, mas desejaríamos que estes fossem plurais, provenientes de diferentes culturas e amortizados. Nós, intelectuais, diplomatas, cientistas e homens de Estado, não vamos pagar os custos dos impactos; ao contrário, ficaremos felizes com a atualização; em uma área marcada por tais distâncias sociais e econômicas — como a nossa —, os maiores custos, uma vez mais, vão ser pagos pelos setores populares. Em sete ou oito anos, não poderão ser revertidos; estruturas mentais, culturas solidificadas e níveis educativos o vedam. A “globalização” comunicacional e de mercado, em sociedades relativamente homogêneas, seria eficaz; mas, entre nós, (e no Mercosul somente o Uruguai é homogêneo), teria de dotar-se de anticorpos.

2006: UM CENÁRIO POSSÍVEL

Vamos supor um cenário 2006 no qual os quatro países signatários do Tratado de Assunção tivessem:

- a) conduta exterior unificada, em relação aos países e aos blocos regionais, por meio de mecanismo de consulta permanente, automático e coordenado, compromissado. Seria regido pela opinião majoritária de três, sem veto;
- b) o Direito Comunitário sancionado, que, no entanto, para sua aplicação, exigiria:
 - c) um Tribunal Superior do Mercosul para julgar ou para arbitrar esse Direito Comunitário;
 - d) uma Secretaria Executiva como a atualmente existente em Montevideú,

que desejaríamos — não chegasse aos extremos intervencionistas da de Bruxelas;

e) o Parlamento Mercosul, arremedo do de Estrasburgo, do qual não se poderia esperar maior eficiência, mas, sim, legitimação, que enredasse em suas malhas e comprometesse os partidos dos quatro países. Seus blocos poderiam ser constituídos pelas afinidades supranacionais, para estreitar laços e jurar fidelidade. Isso uniria fortemente instituições comunitárias, que permaneceriam menos expostas às mudanças políticas nos países;

f) fundamentalmente um Sistema de Cooperação para a Segurança da Área. As quatro Forças Armadas permaneceriam sendo nacionais, porém coordenadas por Comando único, para o cumprimento de funções regionais; e,

g) por último, a visão estratégica elaborada conjuntamente, com vistas a ações previsíveis de outras áreas e regiões do mundo (dumping, migrações maciças, sanções, restabelecimento de barreiras, não-cumprimento de acordos internacionais etc.). Isso requereria um Sistema Coordenado dos Serviços de Informação e visão estratégica — e de prioridades — do contexto mundial.

Esse esquema de funções e instituições poderia ser implementado a partir do existente, aperfeiçoado e incrementado.

a) O Conselho Superior do Mercosul poderia continuar operando por consensos majoritários, coordenando a política exterior e políticas macroeconômicas. A presidência poderia alternar-se entre os países maiores da área; a vice-presidência, entre os outros dois. Evitar-se-ia o veto do dissidente. O sistema de autoridade funcionaria equilibrado por regime de compensações dos países maiores em direção aos menores. Não se trataria de equidade, mas, sim, de realismo; não seria o mais justo, está na história comum.

b) Poderíamos supor que, até o ano 2006, a Carta das Nações Unidas tenha sido revista e, especialmente, a constituição de seu Conselho de Segurança. O Mercosul poderia ocupar um lugar no Conselho de Segurança, espelhando melhor a distribuição do poder no século XXI. A titularidade dessa sede poderia ser anualmente rotativa entre os quatro países signatários do Tratado de Assunção. Mas sempre como Mercosul, olhando de soslaio o risco de que se oferecesse a um único dos quatro países um voto no Conselho de Segurança.

c) A integração, tanto do Tribunal Superior de Justiça como do Parlamento Mercosul, deveria responder a algum critério de representação proporcional “ajustado”. “Ajustado” porque a simples representação proporcional deixaria nas mãos do Brasil a maioria dos juízes e dos assentos. Por isso, caberia ponderar a representação dos países menores, mas também excluir — por ser irreal — toda representação igualitária.

Desde seu início, até sua constituição final, a Europa necessitou de 15 anos para resolver sua “divina proporção” de Estrasburgo. É de se acreditar que a premência dos parlamentares latino-americanos em aceder a ... Florianópolis urgirá os tempos locais.

d) Nossas Forças Armadas são hoje estruturas sem hipóteses de conflito. Porém, nada há potencialmente mais conflitivo do que uma estrutura sem objetivos. Os objetivos existem, então é necessário torná-los patentes: o inimigo está dentro

e é muito mais poderoso do que quase todos os Estados da Terra. É necessário enfrentá-lo conjuntamente, em escala regional. E, ainda, quando logística e inteligência, na luta contra o narcotráfico, sejam oferecidas pelos Estados Unidos, somente a ação coordenada das Forças Armadas regionais deveria intervir em outro país latino-americano (poderíamos imaginar, em 2006, “boinas branca” do Mercosul, junto aos nacionais, arrasando campos excedentes de coca). A cooperação para a Segurança Coletiva não implicaria o Exército único nem supranacional: seria tão-somente unidade de condução.

e) O Direito Comunitário do Mercosul já está em andamento, integrado por Decisões, Resoluções e Diretivas, aplicadas por árbitros, tribunais nacionais e mecanismos jurisdicionais comunitários, segundo seu grau de complexidade.

O direito, como todos sabemos pela história de nossos países, gera procuradorias. E, ao longo do século XIX graças ao brilhantismo argumentativo de nossos juristas, criaram-se pátrias. Mas a lógica jurídica possui uma dinâmica de crescimento própria, à qual é mister pôr limites, para que a frondosidade não mate o projeto, mas que — ao contrário — o vivifique.

No continente americano, os países provindos do Direito Romano e do Código Napoleônico respondem à mesma lógica. E os países com base no “common law”, a uma outra. Quando os do Direito Romano e os do Código Napoleônico não nos pusemos de acordo para conciliar nossos litígios fronteiriços, pedimos aos dos “casos da lei” que arbitrassem. E sempre sustentaram o critério do *uti possidetis*, porque britânicos ou norte-americanos, era disso que entendiam: a posse útil do território, a possibilidade de “criar a lei” com base na sentença arbitral, e, não, com base na frondosidade dos Tratados firmados entre primos Asturias e primos Bourbons, transferindo-se terras americanas. O Tribunal Superior do Mercosul terá uma tarefa muito mais facilitada do que o europeu: os quatro países, somos filhos da mesma lógica, o Código Civil argentino foi inspirado pelo imperial de Freitas, e alguns dos paraguaios, nos argentinos. Hoje nossos advogados têm de utilizar menos latinismos e saber mais inglês e enviar os “juniors” de suas bancas para aprender a estrutura contratual anglosaxônica, que é a que, em definitivo, será imposta ao mundo. Porém, até o ano 2006, pelo menos, permanecerá sendo outra.

AS IDEOLOGIAS SUBJACENTES

A União Européia surgiu de uma situação limite, da clara consciência do não retorno, das consistências ideológicas de quatro ou cinco estadistas, do projeto de um tecnocrata e da firme aceitação de pôr em comum o que havia sido ponto de atrito.

Jean Monnet, tanto durante a Primeira como a Segunda Guerra Mundial, foi responsável pelo abastecimento da economia de guerra na Grã-Bretanha e aprendeu, a suas expensas, compadecendo-se da “chantagem” a que a Inglaterra esteve submetida, segundo suas palavras — por seus fornecedores argentinos, pelo menos entre 1914 e 1918. Daí lhe ocorreu, com vistas ao futuro, pôr em concordância o que havia sido discrepância: uma Alta Autoridade gerenciaria o carvão e o ferro

do Rhur; depois, em caso de bom resultado, seria estendida ao aço.

Este era o meio e a paz era seu objetivo final. Após Monnet, vieram Maurice Schuman, Konrad Adenauer e Alcides de Gásperi, os três democratas cristãos. A Europa foi-se conformando a partir de coincidências políticas; os democrata-cristãos italianos e alemães subsistiram e os socialistas criaram laços mais unitários, estendidos à Grã Bretanha e aos escandinavos, à Portugal, à Grécia e à Espanha. Somente os conservadores permaneceram muito retraídos na Grã-Bretanha, e a direita nacionalista, na França. Hoje a Europa parece unificada no liberalismo — em política, nas economias de mercado e no “Estado de bem-estar” social democrata reduzido.

Os atores políticos do Mercosul são políticos realistas, reconvertidos ao liberalismo econômico, e ao livre cambismo, e às expectativas do mercado, apoiados em forças historicamente tradicionais.

Os outros atores visíveis são os grandes empresários corporativos (europeus, na maioria), que não necessitam de acordos internacionais porque o resolvem intra-empresas, alentados pela expectativa de maximizar a eficiência econômica e a rápida inserção da área em livre cambismo generalizado. Para esses últimos, o Mercosul não é mais do que simples instância de passagem e experimentação: são impulsionados por patriotismo de baixa identidade. Ao contrário dos empresários, os atores políticos, se deixaram de ser nacionalistas de intenção, deixariam de ser Chefes de Estado.

Poderíamos supor que, até 2006, nenhum dos presidentes signatários dos atuais acordos continuem sendo Chefes de Estado. Não importa; ainda que os titulares sejam outros, estes prosseguirão a linha traçada de maior integração regional e maior complementação supranacional. Para que isso não viesse a ocorrer, seria necessário que ocorressem acontecimentos muito duros, fracassos. Nossa imaginação não consegue prever nenhum desses “duros” enfrentamentos, mas, sim, ocasiões de deslealdades manejáveis. E podemos também supor algumas “turbulências” às quais daremos eco na conclusão deste documento. Aceitemos as turbulências de percurso, em honra de sua chegada.

Para 2006, poderíamos imaginar esta articulação de atores:

- uma burocracia comunitária em Montevidéu, responsável técnica que, para fins do Mercosul, adicionará os próprios da organização;
 - os empresários da globalização, em direção oposta aos anteriores e para os quais alguns economistas e outros intelectuais oferecerão libretos;
 - os empresários das empresas binacionais, nascidas à sombra do Mercosul;
- e,
- os Chefes de Estado cujos nomes ignoramos, mas supomos empíricos, disponíveis e abertos ao mundo; ao mesmo tempo, os melhores auscultadores de suas bases eleitorais.

É possível que a ideologia imperante entre aos setores dirigentes, até o ano 2006 seja a de um “liberalismo econômico auto-reformado”, capaz de incorporar em seu seio os critérios da eficácia econômica, com a correção de seus excessos e a parcial inclusão de seus custos. É uma hipótese de trabalho — como dizíamos —, a da difícil passagem da ideologia para a experimentação da ideologia, a ponto

de aplicar prova, erro, retificação, de modo tal que se tornem finalmente refratários a reducionismos e a explicações simplistas. Aprende-se com os custos. E entre 1997 e 2006 vamos experimentar muitos golpes e conflitos.

O CONTEXTO

Em 2006, os republicanos podem estar governando os Estados Unidos. É uma hipótese plausível, considerando as alternâncias desse país. Supondo que o multiculturalismo norte-americano tenha percorrido total ou parcialmente seu caminho, e uma nova condução política pretenda retornar aos valores unitários que tornaram grande essa nação.

Imaginemos que, durante esses anos, a China, além de constituir o primeiro mercado, tenha-se tornado também a locomotiva transportadora de muitos países do sudeste asiático. Nesse caso, a liderança chinesa concentraria valores genuinamente asiáticos e poderia deslindar — sem detrimento do intercâmbio comercial — o “nós” dos “outros”. Suponhamos que o atual ASEAN sobreviva, ou que alguns de seus Estados constitutivos tenham desertado deste “glacis” insular. Pois bem, a predominância de forte pan-asiatismo tornará marginal à região — ainda que comerciem com ela — a Austrália e a Nova Zelândia, importadores-receptores de capital e exportadores para a Ásia, entretanto, substancialmente “outros”.

De acordo com esse cenário hipotético, a ordem de prioridades dos Estados Unidos poderia ver-se modificada e talvez se tornasse prioritário estender NAFTA até à Austrália e à Nova Zelândia do que aos outros países da América Latina, que sequer efetivaram os “passos positivos” previstos no lançamento inaugural do Presidente Clinton.

Qual poderia ser o interesse dos Estados Unidos diante de eventual enfrentamento futuro de civilizações? A reserva de espaços. Visto que a Europa se volta sobre si mesma e seus temas — sua moeda, sua população em declínio para a qual cada vez mais se tornará difícil financiar o sistema de seguridade social, sua abertura para o leste e as mútuas reacomodações — somente a unificação e a expansão do sudoeste da Ásia implicará preocupação de envergadura para os Estados Unidos (que disporia do Vietnã e das Filipinas como aliados naturais).

Daí decorre que, para esse cenário hipotético e suas urgências, a Austrália e a Nova Zelândia tornam-se partners confiáveis, contrafiguras, com a única exceção do Chile, dos poucos confiáveis latino-americanos. Com a inclusão explícita, ou sem inclusão no NAFTA, a competitividade agrícola australiana já não constituiria problema para os Estados Unidos e para o Canadá. Foi precisamente a Austrália, liderando o Grupo CAIRNS, que empreendeu colossal esforço no interior do GATT, e até a conclusão da Ronda Uruguai, para chegar ao acordo de Livre Comércio de Marrakesh. Cumprido o combinado nesse acordo multilateral, o ano 2006 seria o último protetor de barreiras alfandegárias para o ingresso — entre outros — da produção agrícola e pecuária nos centros de grande consumo, e também o da liquidação da proteção têxtil.

Assim, o hipotético NAFTA 2006 que prevemos seria integrado pelo Canadá, pelos Estados Unidos, México, Nova Zelândia, Austrália e Chile, ao que

se somariam convênios de adesão celebrados “país a país”. Ou acaso podemos imaginar que em mais 8 anos se terá posto fim à decomposição institucional da Colômbia ou ao transbordamento demográfico do Haiti? Entretanto, poderíamos augurar a Cuba que recupere plenamente uma situação neocolonial.

Quais são as demandas dos Estados Unidos para os países latino-americanos?

As de maior abertura financeira e de suas áreas de serviços, do pleno reconhecimento de patentes e investimentos, e, no caso do Brasil, da desnacionalização de seu regime de compras públicas. Tudo isso poderia ser satisfeito em 2006, por convênios “um a um”, com a única exceção de um Mercosul com procuradoria coletiva. Ou, senão, resolvido pela aplicação do Acordo de Marrakesh.

Imaginamos um cenário de relações sistêmicas com um detonante: a China, e o interesse prioritário de estender o NAFTA abaixo do Equador, porém somente para o Chile, Nova Zelândia e Austrália. Caso nada disso ocorra, teríamos — intelectualmente falando — de voltar uma folha atrás e retomar a iniciativa do Presidente Clinton, e suas negociações, resolvidas “caso a caso” na maioria dos países. Porém, até 2005, a quase totalidade do mundo constituirá um “livre mercado”.

Argentina e Uruguai são, sem dúvida, os dois países mais “europeístas” da área. Avalizam-no suas respectivas histórias e seus “amplos prazos” no sentido braudeliano de resgatar o que sempre volta para a mãe, em relação ao meramente circunstancial episódico. E, em 2006, a Argentina e o Uruguai estarão deliciando-se com a primícias de vender carne, milho e cereais na Europa, livre de quotas, de subsídios encobertos e sob taxas reduzidas.

Até 1997, na Argentina, as empresas européias haviam ganhado a totalidade das privatizações, após a venda por licitação das ex-empresas públicas — ganharam porque superaram com mais altos valores os oferecidos pelas empresas norte-americanas? Não, simplesmente porque não se apresentaram à concorrência pública as empresas de capital norte-americano, como não fora por sua circunstancial associação com alguma firma argentina. E não se apresentaram às licitações porque as disposições contábeis dos Estados Unidos exigem “informação pública e transparência”. É possível que esta experiência em nível local se estenda a outros países da região, nem bem se licitem obras públicas do Estado. Para que esta tendência se modifique, teriam de “liberalizar-se” também as disposições contábeis dos Estados Unidos, tão zelosos de que, em seus passivos, permaneçam consignados os montantes distribuídos a título de confissões.

O investimento direto de capital europeu na região será incrementado, entre outras razões, porque serão desmontadas fábricas em Bruxelas ou em Billancourt, para refazê-las onde os custos salariais e de previdência da mão-de-obra sejam mais atrativos. Daí a expectativa de que o Mercosul continue como um “espaço aberto”; daí nossa inevitável reserva em relação a esta primeira etapa, na qual poderíamos ficar incorporados a outro sistema “mais fechado”. Porque depois não teríamos retorno.

O Acordo “Europa/Mercosul” é uma declaração de boa vontade. Não tem cronograma, não tem calendário. Suponhamos que, daqui ao ano 2006, tantas instituições econômicas européias no Cone Sul terão pressionado seus governos para

que essas gestões se concluam por tratados específicos. É possível que, em 2006, a Europa continue voltada exclusivamente para seus próprios problemas. Porém é possível também que, sendo assim, constatará que na distribuição mundial de influências somente os países do Prata, a região paulista e o sul do Brasil integrem seu espaço natural de expansão econômica e presença cultural.

RETICÊNCIAS E OUTROS PROBLEMAS

Um só país da América Latina dispõe de mais de uma alternativa de futuro. É o Chile. Imaginamos que em 2006 seu ingresso no NAFTA, proposto por eventos mexicanos, já se tenha incorporado ao acordo de livre comércio por meio da “via rápida” prevista na legislação norte-americana. Porém o Chile tem também forte vocação para o Pacífico e a expectativa de converter-se em ponte de comunicação com a Austrália, a Nova Zelândia e com os países do sudeste asiático (Seu novo Parlamento, em Valparaíso, de frente para o oceano, a par da realidade, é um símbolo, entrevisto por um geopolítico).

Ao contrário, o Chile aparece reticente diante do Mercosul, esse Mercosul com que assinou acordo de adesão, mas para o qual demonstra pouco affectio, não somente por sua política tarifária, mas pelos prazos que solicitou e obteve — após longa negociação — para a importação de produtos primários dessa proveniência; até 2006, para importar milho; entre 2007 e 2111 para o trigo; e 2111, para os bovinos ... quando, no contexto mundial, a livre circulação de produção primária ficou estabelecida para 2005. Tudo deixa supor que, para o Chile, o Mercosul representa um tempo de espera, para satisfazer projetos de maior envergadura, e, em termos de poder, para ratificar sua expectativa de ultrapassar militarmente os equilíbrios regionais. O montante do intercâmbio chileno/norte-americano não irá variar substancialmente pelo ingresso no NAFTA, porém vai ajudá-lo, como prestígio e apoio explícito: o Chile tem uma “frente norte” vulnerável: vulnerável porque cria ressentimentos coletivos.

O Peru parece-nos ser o país da região mais suscetível, não somente para atrair investimentos do Japão, mas para converter-se — do ponto de vista de ingresso de capital e de tecnologia — em ponta-de-lança de significativa presença asiática em nosso meio. Existem forças históricas muito profundas que operam a favor desta identificação; e o país andino é, além disso, um dos mais interessantes para os fundos de investimentos, diante da magnitude de seus retornos. Sabemos que o desembarque japonês é sempre lento e muito experimentado previamente. Ainda não seria o momento — até 2006, porém, poderíamos estar em seus prolegômenos.

Não podemos evitar aqui a coca convertida em cocaína, seu valor monetário como meio de vida dos camponeses, a criação dos “corredores”, circuitos de comercialização e de exportação e sua incidência no poder político.

Vamos supor que nenhuma das vias de controle e autocontrole sobre as plantações de coca tenha produzido resultado convincentes:

a) Todos os anos, os Estados Unidos “certificam” o “bom comportamento” de um país latino-americano com plantação de coca, após constatar passos “in-

crementalistas” para reduzir a área semeada. Este trâmite burocrático — o “certificado” abre as portas de organismos internacionais com sede em Washington — demonstrou ser irrelevante, satisfeito em muitos casos mediante subterfúgios. O “incrementalismo” é critério analítico norte-americano, empregado por esse país para ver como outros chegam a uma meta (nesse caso, o total desmantelamento), satisfazendo previamente cotas anuais progressivas. Mas o “incrementalismo” não faz parte dos “mores latino-americanos”, apesar de ser boa maneira de “testar” a passagem das intenções para os fatos.

b) Insistiu-se que o tema da droga deve ser encarado não somente a partir da oferta, mas também a partir de demanda, e da interação de uma com a outra, para que surjam no mercado produtos substitutivos de alta rentabilidade e venda garantida nos países desenvolvidos. Porém não se descobriu esse vegetal, e os produtores de coca do Chapare constituem, na Bolívia, forte grupo de pressão.

Podemos imaginar que, até 2006, o critério de “responsabilidades compartilhadas” ter-se-á expandido entre países produtores e países consumidores, e que os europeus — considerando a magnitude de seu problema — se somem a um pool de países que tragam soluções, sobretudo caso o poder financeiro do narcotráfico se tenha transmutado em controle político de algum país europeu. Nesse sentido, as flamantes repúblicas nascidas da debandada soviética reúnem características ideais para despertar o apetite de controle político do narco dólar.

Mas, apesar da ampliação do número de países envolvidos com a droga, o Chapare, junto com muitos vales andinos peruanos, continuam produzindo somente coca.

c) Podemos imaginar a reconversão das funções das forças de segurança, que concertaram sua ação com as ações locais nos países mais afetados pela produção de coca/cocaína. Já sustentamos nestas linhas, em relação à coordenação das Forças Armadas dos quatro países signatários do Tratado de Assunção, colocados sob um comando unificado do “Mercosul”, serão os novos “boinas branca” da área (porém apoiados pela logística e pela infra-estrutura norte-americana — e de alguns países europeus — e os serviços de inteligência norte-americanos e de alguns países europeus).

Um problema em escala mundial reclama intervenção multilateral: que sua solução não derive exclusivamente dos Estados Unidos, que delegue para a região e evite preventivamente novas Bósnias. Algo assim será inevitável, porque nada permite, a nenhum dos três países sul-americanos produtores de estupeficiente, visualizarem o surgimento de mecanismos autocorretivos, principalmente quando, após intervenção multilateral que arrase com os campos de coca, a comunidade internacional tenha de subsidiar esses camponeses para que não produzam, visto que não encontramos substitutos.

Está o mercado, estão os Estados, mas as correntes surdas da história contam mais. Paradoxalmente, as Forças Armadas melhor treinadas e conduzidas da região — as chilenas — não poderiam participar de nenhuma operação, pelo menos na Bolívia e no Peru.

TURBULÊNCIAS

O hipotético cenário descrito estará exposto a turbulências.

1) O Mercosul é uma “região aberta”... que dificilmente conseguirá incorporar mais países neste quinquênio. Colômbia, Venezuela, Equador, os países da América Central e do Caribe são exportadores natos para os Estados Unidos e mercados de consumo para os produtos industrializados daquele país. Não imaginamos como, além de ocasional “acordo de adesão”, poderiam-se integrar em um Mercosul ampliado. Quase todos os outros latino-americanos terão relações assimétricas com o Brasil — além de produzir os mesmos bens tropicais —, porém consideram normal e constitutivas suas assimetrias com os Estados Unidos.

O Chile e a Bolívia assinaram pactos de adesão ao Mercosul. Suponhamos que também o Peru e a Venezuela o assinem. Serão expressões de simpatia, emolduradas por datas propostas para o levantamento de barreiras alfandegárias recíprocas, que não implicarão em *affection societatis*. Esses contratos de adesão, inclusive, contarão com o apoio implícito dos Estados Unidos, na medida em que visualizem o Mercosul como etapa em direção ao processo da liberalização comercial continental. Porém, serão descartados, caso o Mercosul resulte em estrutura regional destinada a maximizar sua capacidade de negociação.

2) A solidez do Tratado de Assunção deverá passar pela peneira de provas das “constantes históricas” da política internacional dos países signatários.

Ao longo de 175 anos de vida institucional, mas, sobretudo, a partir do momento em que um Barão do Império imprimiu seu selo à política exterior da República, o Brasil foi o mais sólido aliado dos Estados Unidos na região, devido à intensificação de interesses e à estratégia realista.

Esta foi a “constante” de sua política exterior; seguem-se “variáveis”, em seus antípodas: nacionalistas que procuravam nacionalizar os bens de produção, que irromperam por períodos limitados e quase sempre terminando mal.

A Argentina tipifica o caso inverso: a constante foi a “europeização” de sua política exterior, somada ao desejo de encabeçar as reticências da região a qualquer projeto da grande potência do Norte. E a “variável”, a plena identificação contemporânea com as orientações e interesses dos Estados Unidos. Por isso é compreensível que sua atual condução externa seja vista pelos peritos brasileiros como errática e imprevisível, já que está formulada na contramão de sua história, em honra, sem dúvida, ao seu flamante realismo periférico.

As políticas exteriores do Paraguai e do Uruguai, na matéria, oscilaram, apoiando-se em um ou outro dos dois maiores países da área. Isso todavia, não se modificará ainda no contexto regional.

3) O Brasil — se seguirmos Gilberto Freyre — é um imenso arquipélago, dotado de laços de união muito fortes, carregados de emocionalidade. Porém integrados por partes.

Tal como está proposto o Mercosul de Empresários, este é substancialmente o eixo industrial São Paulo – Buenos Aires. Mas, é, também, a via unitária do Paraguai/Paraná, a capital Montevideú, o eixo Assunção/Curitiba e a associação

cultural “gaúcho-gaúcha”. Mas, até que ponto a Amazônia e o Nordeste, por exemplo, sentir-se-ão envolvidos animicamente por esse acordo?

Daí decorre que o Brasil, para efetivar o Mercosul, não poderá deixar de lado as exigências de sua frente interna, negociando, ao mesmo tempo, os acordos internacionais, suas concessões e exceções locais. Na mesa de negociações, os sócios do Brasil — especialmente a Argentina — terão que compreender que para salvaguardar o projeto, dever-se-á introduzir exceções por regiões do Brasil.

Além disso, o Brasil terá uma política africana ativa, e, os demais, somente iremos atrás dessa experiência.

4) Sejam realistas, o Mercosul não solucionará os agudíssimos problemas sociais da região, nem a má distribuição de renda, nem a proliferação dos “meninos de rua”, nem a marginalidade. Apenas estes conflitos poderão ser relativamente contidos em sua intensidade, mas, em todo caso, serão menores do que os gerados nas primeiras etapas do ingresso repentino da economia de mercado continental, cujos efeitos sobre o emprego são previsíveis.

Seguramente, em 2006, já teremos redigido o Código Social do Mercosul. Teremos, então, previsto situações migratórias e de emprego, de prevenção social para os empregados que passem de um país a outro, compatibilização entre os sistemas de partilha e de capitalização e a articulação do regime de convênios coletivos com outro de total flexibilização.

Minha impressão é que, além do já escrito, dever-se-á chegar a mais três acordos substanciais, muito elementares, muito básicos:

- o compromisso dos quatro signatários de não praticar dumping social que, em vez de atrair para si investimentos externos, reduza ainda mais os salários, os encargos sociais e a continuidade do trabalho;

- os compromissos em relação ao funcionamento das “PYMES”, pequenas e médias empresas, e suas condições trabalhistas, para que estas sejam o mais possível homogêneas, por se tratar de instituições — fora dos dispositivos legais para os grandes grupos corporativos da região — nas quais deverão concertar-se a maior quantidade de acordos privados entre patrões e sua mão-de-obra. Isso poderia ser obtido antes do ano prospectivo, previsto como “marco” legal comum, piso mínimo em toda a área que não poderia ser diminuído. Caso contrário, em nome da liberdade, restringiríamos a liberdade da maior parte da população;

- o maior conflito em potencial localiza-se nas migrações intra-Mercosul, ou seja, de um Estado para outro do Tratado de Assunção. Teoricamente corresponde a uma das três liberdades: a liberdade de deslocamento das pessoas em busca de melhores condições profissionais. O que costuma ser liberdade “proposta” na hora do trabalho das comissões;

A hipótese mais plausível é que se produza expectativa de migração do centro/norte para o sul da região em busca de melhores salários. Mas este fluxo deverá ser regulado, como uma torneira que se fecha e se abre de acordo com as circunstâncias. Na falta de uma política migratória — caso isso ocorra — na falta de boa fiscalização de trabalho, os sindicatos cumprirão essa função de controle. É de temer que sejam extremamente duros.

Pode-se prever, também, um cenário adicional de conflitos. Vastos setores

da classe média argentina acariciarão a idéia de obter mão-de-obra mais barata do que a nacional; terão a seu favor argumentos de mercado, a flexibilização e a ordem de valores trocadas. Mas, igualmente, cabe imaginar a emergência, mais na Argentina do que no Uruguai, de reações racistas latentes e de crescente exasperação dos trabalhadores locais em relação aos recém-chegados, devido à menor oferta em mercado de trabalho em depressão.

Em regime de estrita liberdade de circulação continental de bens e serviços, os artigos manufaturados de origem norte-americanos (produzidos no México e a custos mexicanos) deslocarão a mão-de-obra ocupada no setor industrial primeiro do Brasil, depois da Argentina, gerando desemprego adicional não recuperável nem reconversível na área de serviços. Este não é um fenômeno somente econômico; deve ser visualizado a partir da ótica econômica e antropológica, porque cria “hiatos”, saltos irrecuperáveis na estratificação social, nas culturas de grupos, em seus níveis educativos e na sua formação técnica.

Porque um é o timing dos fenômenos econômicos e outro, o dos processos sociais, dos comportamentos de grupos e de pessoas. Não adianta expandir a escolarização se atrás não existem famílias, se não há transmissão de modelos de vida, de atitudes exemplares. Quando pensamos em um tipo de desenvolvimento “para o homem” e para “todos os homens”, esquecemos de considerar os meios que agora nos excedem; temos que circunscrever como diminuir os impactos que a maioria dos homens experimentam.

As etapas “incrementalistas” fundamentadas em prova, erro e retificação — a partir do ponto de vista social — parecem ser mais cautelosas. Cuidado com os ingressos maciços sob um grande pai tutelar! Porque depois não há retorno.

- Reiterativamente vamos experimentar o debate entre critérios “globalistas” e “incrementalistas”. Já dissemos, em linhas anteriores, quem e quais setores profissionais se alinharam atrás de uma e outra corrente. O grave seria introduzir, além da confusão intelectual, pretendendo que atrás de alguns argumentos estão economistas que buscam a maximização da eficácia de seus setores e atrás dos outros todos os setores profissionais renitentes ao choque da modernização, retardatários do processo. Seria discutível projetar a política de flexibilização salverdana tendo os salários chineses como parâmetro, quando é inevitável a falência do regime comunista, momento no qual os salários chineses seriam tão baixos que seria impossível competir com eles.

Na base dos erros sempre estão os conceitos mal definidos ou os que nem sequer foram definidos. Seria necessário começar esclarecendo os conceitos e em saber realmente o que dizemos, quando dizemos o que dizemos. Essas precisões conceituais são próprias do mundo anglo-saxão e as definições sobre os substantivos empregados pontuam os contratos norte-americanos. Lamentavelmente, não praticamos esse estilo.

É redundante assinalar que esta reflexão prospectiva — fundamentada em uma das duas alternativas vislumbradas — pretende penetrar na pele desses políticos, diplomatas e estadistas, que, em definitivo serão os autores de um ou de outro processo de integração. Mas o político — o que colocará sua assinatura — olha primeiro o solo que o nutre. O verdadeiro estadista — como Ortega re-

cordava — é o homem que imprime seu selo ao século, o que cria instituições e, caso queira garantir sua continuidade, deve fazer ao mesmo tempo a revolução e a contra-revolução. Todavia não podemos afastar-nos de Montesquieu: freios e contrapesos.

RESUMO

América do Sul: 2006 e o Desafio da Globalização José Luis de Imaz

Ao fim do século XX, a vigência da democracia na Argentina poderia significar pleno emprego e uma distribuição da renda mais equânime. Estes podem ser considerados o apoio básico para a paz social e o consenso democrático.

O Mercosul proporcionará condições para o aperfeiçoamento das relações internacionais dos países do “Cone Sul”, enquanto fortalece as economias capacitando-as a enfrentar as consequências indesejáveis da globalização.

ABSTRACT

South America: 2006 and the Globalization Threat José Luis de Imaz

At the end of the XX century, prevailing democracy in Argentina would bring about full employment and a more even income distribution. These would be considered the basic support for social peace and democratic consensus.

Mercosul will provide conditions for improvement of international relations among “South Cone Countries”, as well as fostering economies to face hazardous consequences of globalizations.

O AUTOR

JOSÉ LUIS DE IMAZ graduou-se na Universidade do Litoral e na Universidade de Buenos Aires. Realizou estudos que levaram à preparação da obra “Los que mandan” como pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas. É autor, entre outros trabalhos, de “La clase alta en Buenos Aires” e de uma análise sobre motivação eleitoral na cidade de Buenos Aires.